



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR  
AUDITORIA INTERNA

# MAPEAMENTO DO UNIVERSO DE AUDITORIA DA CAPES

2ª Versão – Novembro/2022



# Mapeamento do Universo de Auditoria da CAPES

Elaboração

Brunna Hisla da Silva Sena

Analista em C&T

Joquebede dos Santos Anteverere Silva

Auditora–Chefe

## Sumário

1.	Introdução .....	3
2.	Entendimento do contexto da Capes .....	4
2.1.	Negócio e linhas de atuação .....	5
2.2.	Missão, visão e valores .....	5
2.3.	Estrutura organizacional .....	5
2.4.	Parceiros e público-alvo .....	6
2.5.	Modelo de governança .....	7
2.6.	Maturidade em gestão de riscos .....	7
2.7.	Plano Estratégico Institucional .....	8
2.7.1.	Cadeia de valor .....	8
2.7.2.	Objetivos estratégicos .....	9
2.7.3.	Indicadores e metas .....	9
2.7.4.	Projetos estratégicos .....	10
3.	Mapeamento do universo de auditoria .....	11
3.1.	Metodologia de mapeamento do universo de auditoria .....	11
3.2.	Objetos de Auditoria da Capes .....	11
3.2.1.	Objetos Finalísticos .....	13
3.2.2.	Objetos de Governança .....	15
3.2.3.	Objetos de Suporte .....	16
4.	Conclusão .....	17
	REFERÊNCIAS .....	19
	Apêndice 1 – Avaliação da maturidade da gestão de riscos da Capes .....	20

## 1. Introdução

A Auditoria Interna, conforme define o Instituto dos Auditores Internos do Brasil, é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, auxiliando-a na realização de seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança (IIA BRASIL, 2022).

Buscando cumprir seu propósito, a unidade de Auditoria Interna (AUD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vem estruturando seus documentos referenciais para a condução das atividades de auditoria no âmbito dessa Fundação.

O **universo de auditoria** consiste no conjunto de objetos sobre os quais a unidade de auditoria interna pode realizar suas atividades. Esses objetos, chamados de **objetos de auditoria**, podem ser, dentre outros: unidades de negócios, linhas de produtos ou serviços, processos, programas, sistemas, controles, operações, contas, divisões, funções, procedimentos e políticas (BRASIL, 2017b).

A inovação trazida por esta segunda versão do mapeamento do universo de auditoria se dá na organização dos objetos. Na primeira versão os objetos de auditoria haviam sido organizados por: 1) programas e projetos de gestão; 2) processos e projetos estratégicos; e 3) contratos administrativos, sistemas informáticos, auxílios e prêmios. Nesta segunda versão, optou-se por organizar os objetos de acordo com os conjuntos de macroprocessos alocados na cadeia de valor da Capes. Dessa forma, os objetos passaram a ser organizados por 1) objetos finalísticos; 2) objetos de governança; e 3) objetos de suporte.

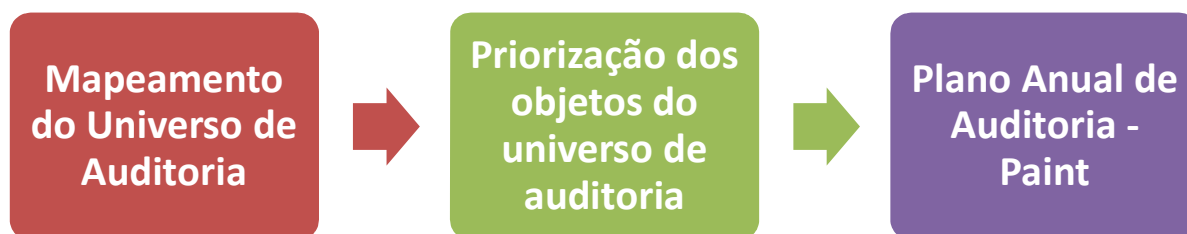
O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa CGU nº 3, de 09 de junho de 2017, estabelece que as Unidades de Auditoria Interna Governamental devem elaborar um Plano de Auditoria Interna baseada em riscos, identificando trabalhos a serem realizados prioritariamente em um determinado período, que normalmente é de um ano, e é denominado de Plano Anual de Auditoria Interna – Paint (BRASIL, 2017a). Para a elaboração do Paint, o primeiro passo é mapear o universo de auditoria, identificando, estudando e priorizando os objetos de auditoria da instituição.

A Instrução Normativa CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021, estabelece que o Paint deve ser elaborado com a finalidade de definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período

objeto do plano, devendo considerar: o planejamento estratégico e as expectativas da alta administração da unidade auditada e demais partes interessadas; os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os seus processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos; a complexidade do negócio, a estrutura e outros fatores da unidade auditada; e a estrutura, os recursos humanos, logísticos e financeiros disponíveis na unidade de auditoria interna (BRASIL, 2021).

Este mapeamento do universo de auditoria visa, portanto, subsidiar a elaboração do Paint, constituindo a primeira etapa do processo, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Etapas para a elaboração do Paint



Fonte: elaboração própria

Este documento desenvolve o mapeamento do universo de auditoria da Capes em dois capítulos. O **Capítulo 2** traz o contexto em que a Capes está inserida, com a sua estrutura organizacional, o seu Plano Estratégico Institucional vigente – PEI 2020-2023 e sua Cadeia de Valor. O **Capítulo 3** traz a identificação e a organização dos objetos de auditoria. Já a metodologia de priorização dos objetos é desenvolvida num documento à parte, que pode ser acessado na [página da AUD/Capes](#).

## 2. Entendimento do contexto da Capes

A finalidade dessa etapa é adquirir conhecimentos sobre o contexto em que a Capes se insere, sua estrutura, seus objetivos, suas estratégias, os meios pelos quais a organização monitora seu desempenho, os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos, além das leis, normativos e regulamentos que a regem, das políticas públicas sob sua responsabilidade, das partes interessadas, e de outros fatores relevantes.

## 2.1. Negócio e linhas de atuação

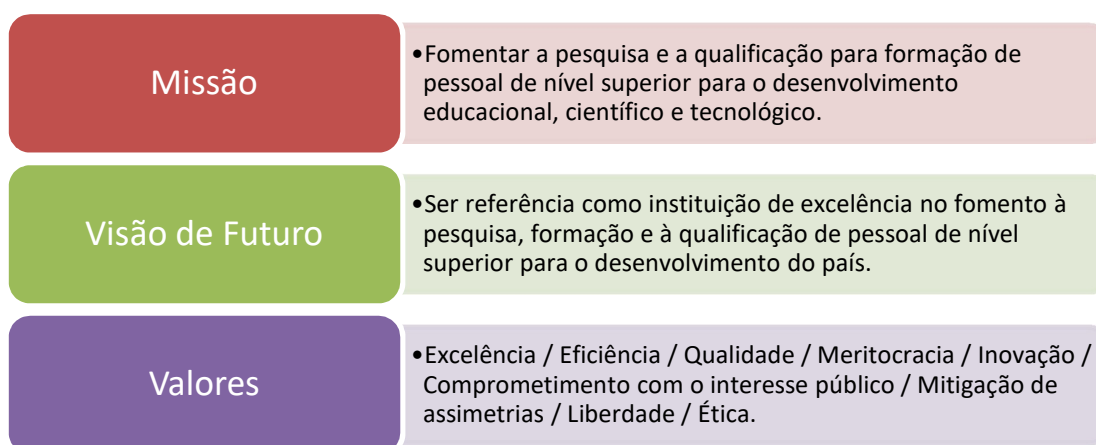
A Capes é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e, junto a este ministério, atua no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O negócio da Capes é a formação de pessoal altamente qualificado para atendimento às demandas dos setores produtivos do país, sejam públicos ou privados.

Nesse sentido, são quatro as linhas de atuação da Capes: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; internacionalização; bolsas e fomento no país; e fomento à formação de professores da educação básica.

## 2.2. Missão, visão e valores

A missão, visão e valores da Capes estão apresentadas em sua estratégia institucional, conforme Figura 2:

Figura 2 – Missão, visão de futuro e valores da Capes

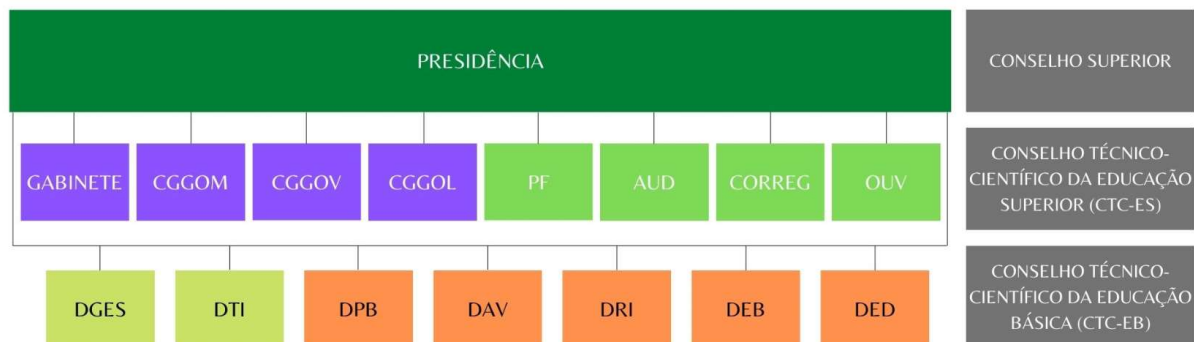


Fonte: adaptado do Plano Estratégico Institucional - Mapa Estratégico 2020-2023.

## 2.3. Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da Capes está representada na Figura 3 abaixo, sendo composta pela Presidência e por: órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente (em lilás); órgãos seccionais (em verde); órgãos específicos singulares (em laranja) e órgãos colegiados (em cinza).

Figura 3 - Estrutura organizacional da Capes



Fonte: CGGOV/PR/CAPES

Além dos órgãos representados na Figura 3, há a Diretoria Executiva, que é um órgão executivo composto pelo presidente e diretores da Fundação. As competências de cada órgão e suas unidades podem ser acessadas no [Estatuto](#) da Capes.

## 2.4. Parceiros e público-alvo

Os parceiros públicos e privados, bem como o público-alvo da Capes, estão inseridos no universo do Sistema Nacional de Pós-Graduação e contam com a representação das partes interessadas, conforme Figura 4.

Figura 4 - Parceiros e público-alvo da Capes

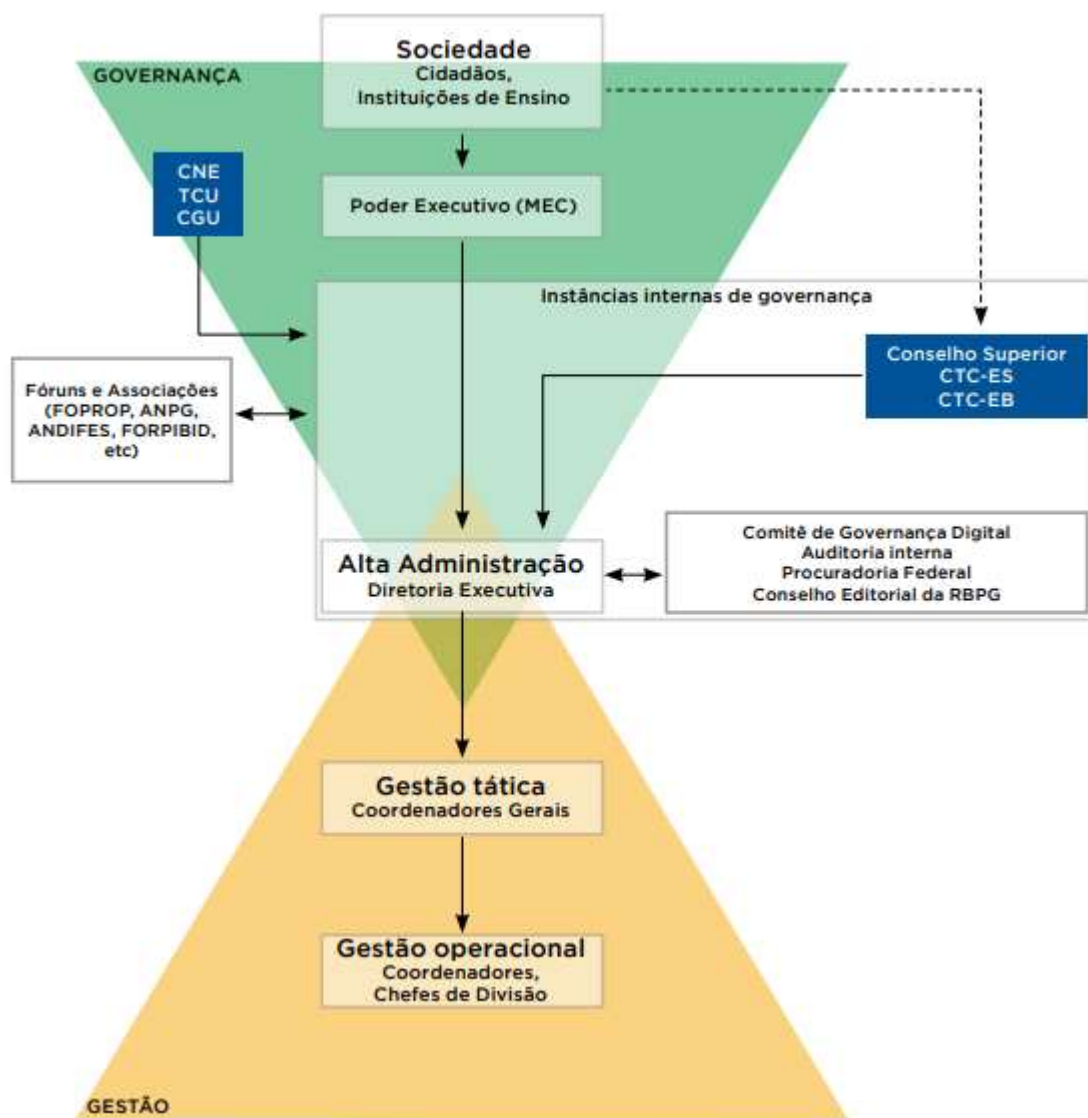


Fonte: Plano Estratégico Institucional – Mapa de Contexto

## 2.5. Modelo de governança

A Figura 5 mostra o modelo de governança da Capes, o qual apresenta os diferentes atores envolvidos no negócio da Capes e a interação entre esses atores para a consolidação da governança.

Figura 5 - Modelo de governança da Capes



Fonte: Relatório de Gestão da Capes (exercício de 2021)

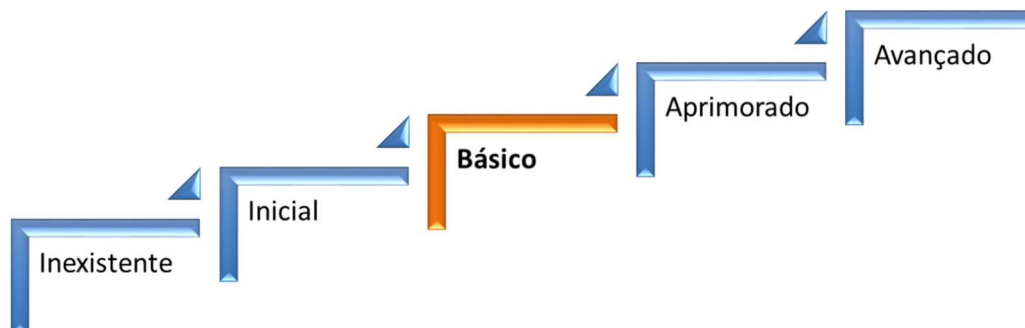
## 2.6. Maturidade em gestão de riscos

Para avaliar o nível de maturidade que a Capes se encontra em relação à gestão de riscos, seguiu-se a avaliação modelo recomendada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em planilha constante do anexo III da Orientação Prática - plano de auditoria interna baseado em riscos (BRASIL, 2020). O modelo da CGU dispõe de critérios de avaliação, com base nas normas pertinentes, e de níveis de classificação, apresentados na Figura 6. Após verificados e avaliados os itens constantes do modelo, conclui-se que a Capes encontra-se no nível “básico”



de maturidade em gestão de riscos. O detalhamento da avaliação realizada está disposto no Apêndice 1.

Figura 6 - Níveis de maturidade em gestão de riscos



Fonte: elaboração própria a partir dos níveis definidos no modelo da CGU

## 2.7. Plano Estratégico Institucional

O Plano Estratégico Institucional (PEI) desdobra a estratégia, as diretrizes e as políticas da Capes em objetivos, projetos e indicadores, com vistas à efetividade no alcance dos resultados institucionais pretendidos e a eficiência na gestão dos recursos disponíveis. No PEI constam a cadeia de valor, os objetivos estratégicos, os macroprocessos de gestão, os projetos estratégicos, os indicadores e as metas.

### 2.7.1. Cadeia de valor

A cadeia de valor apresenta os macroprocessos de gestão da Capes, os quais são divididos em três grupos: macroprocessos de governança, finalísticos e de suporte, conforme Figura 7.

Figura 7 - Cadeia de Valor da Capes

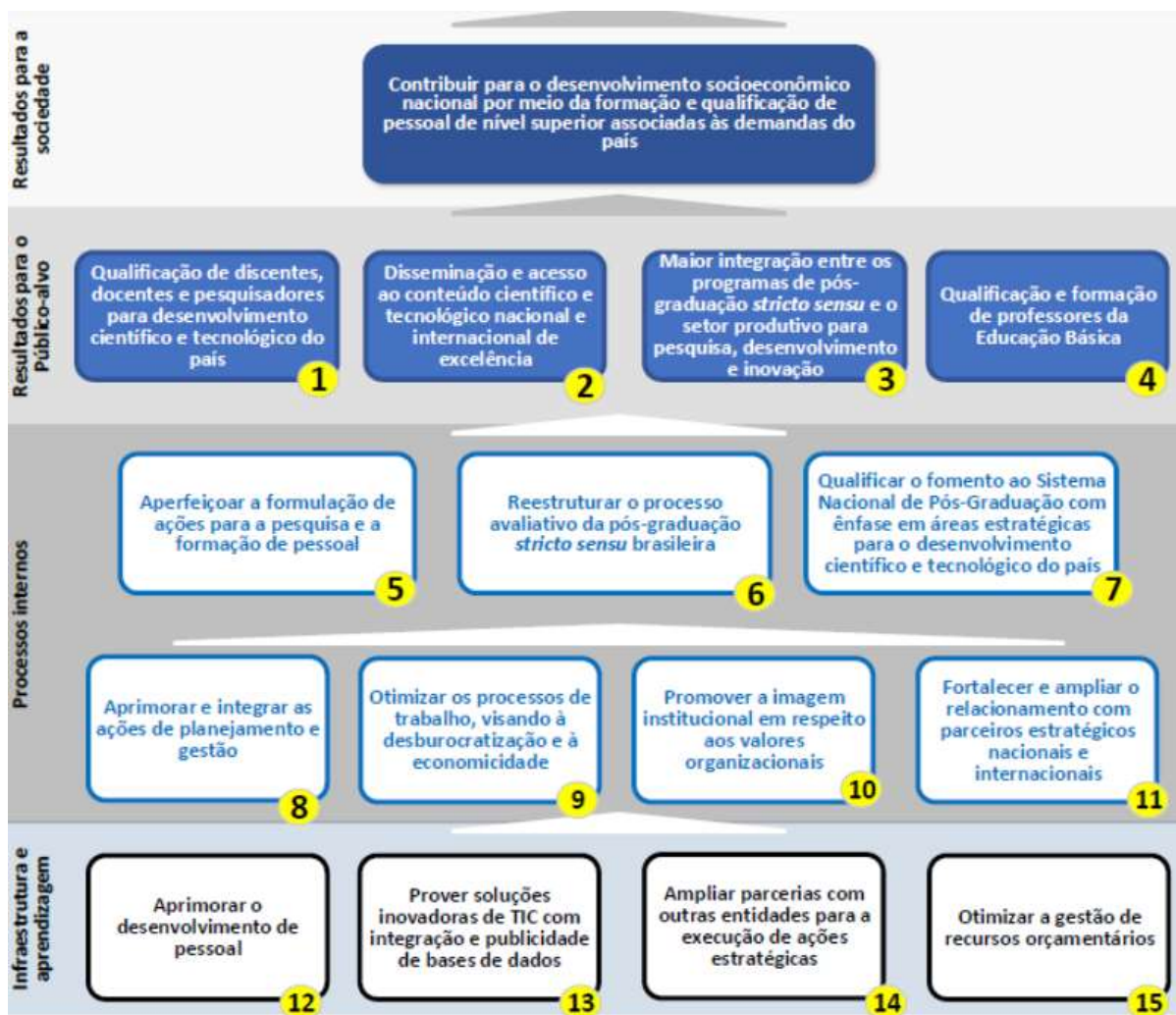


Fonte: Plano Estratégico Institucional – Cadeia de Valor

### 2.7.2. Objetivos estratégicos

No mapa estratégico, constam os objetivos estratégicos da Capes, organizados sob as perspectivas de resultados para a sociedade e para o público-alvo, de processos internos e de infraestrutura e aprendizagem, conforme Figura 8.

Figura 8 - Objetivos estratégicos da Capes



Fonte: Plano Estratégico Institucional - Mapa Estratégico 2020-2023.

### 2.7.3. Indicadores e metas

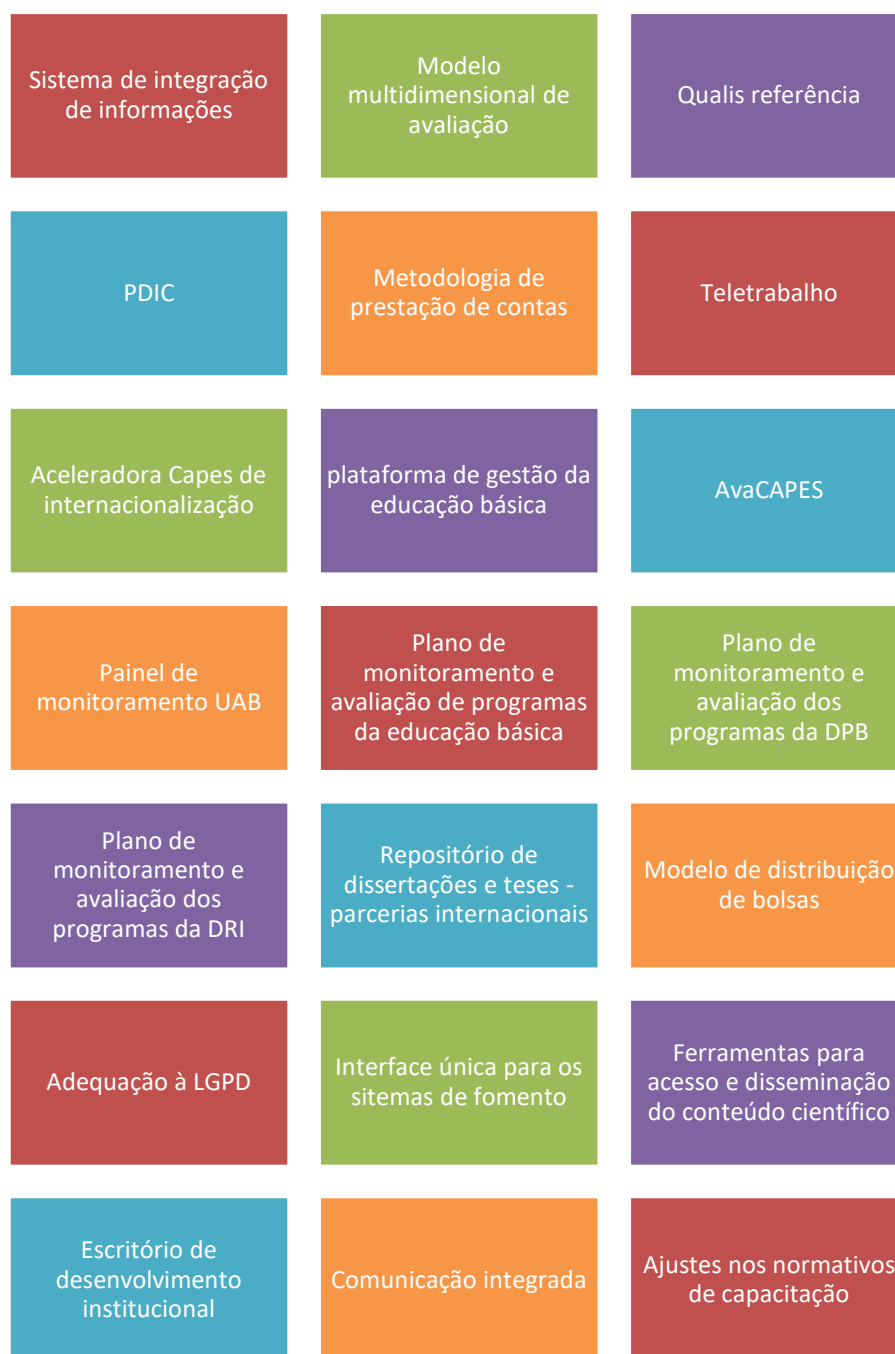
Os indicadores e metas da Capes estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos. São 15 objetivos estratégicos e 51 indicadores, todos com periodicidade anual de apuração. O detalhamento dos indicadores, das metas e das fórmulas de cálculo podem ser visualizados no sítio da Capes, no link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de->

[conteudo/documentos/10062022\\_MINUTAApresentacaoPEI06.06.22.pdf](https://conteudo/documentos/10062022_MINUTAApresentacaoPEI06.06.22.pdf).

### 2.7.4. Projetos estratégicos

Os 21 projetos estratégicos da Capes para o período de 2020 a 2023 apresentados na Figura 9 também estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos.

Figura 9 - Projetos estratégicos da Capes



Fonte: Adaptado do Plano Estratégico Institucional – Projetos Estratégicos.

### 3. Mapeamento do universo de auditoria

O universo de auditoria consiste no conjunto de objetos mapeados pela equipe da auditoria interna da Capes sobre os quais atuará, por meio de serviços de avaliação, consultoria e ou apuração, de forma a apoiar o atingimento de seus objetivos, agregar valor e promover a melhoria dos processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos. Ao mapear o universo de auditoria, a AUD pode definir sua estratégia de atuação, a extensão da cobertura de seus exames e a priorização dos objetos com base em riscos e de acordo com a metodologia própria a ser estabelecida.

#### 3.1. Metodologia de mapeamento do universo de auditoria

Para identificar quais seriam os conjuntos de objetos que comporiam o universo de auditoria da Capes, a unidade de auditoria interna buscou entender e analisar todo contexto em que a Capes está inserida, com a sua estrutura organizacional, o seu Plano Estratégico Institucional vigente – PEI (2020-2023) e sua Cadeia de Valor, conforme registrado no Capítulo 2 – Entendimento do contexto da Capes.

A partir do estudo do contexto e considerada a especificidade do negócio da Capes, foram identificados os tipos de objetos existentes e estes foram agrupados conforme os três grupos de macroprocessos dispostos na cadeia de valor da Capes: finalísticos, de governança e de suporte. Após essa divisão, será aplicada metodologia de priorização com base em riscos para hierarquizá-los e gerar um *ranking* de cada grupo. A partir desses *rankings*, os objetos serão selecionados para compor os trabalhos de auditoria no Plano Anual de Auditoria Interna – Paint.

#### 3.2. Objetos de Auditoria da Capes

Os objetos de auditoria são os elementos do universo sobre os quais se justifica a condução de ação de avaliação ou de consultoria por parte da unidade de auditoria interna ou dos órgãos de controle interno e externo. Esses objetos podem ser, dentre outros: unidades de negócios, linhas de produtos ou serviços, processos, programas, sistemas, controles, operações, contas, divisões, funções, procedimentos e políticas (CGU, 2017).

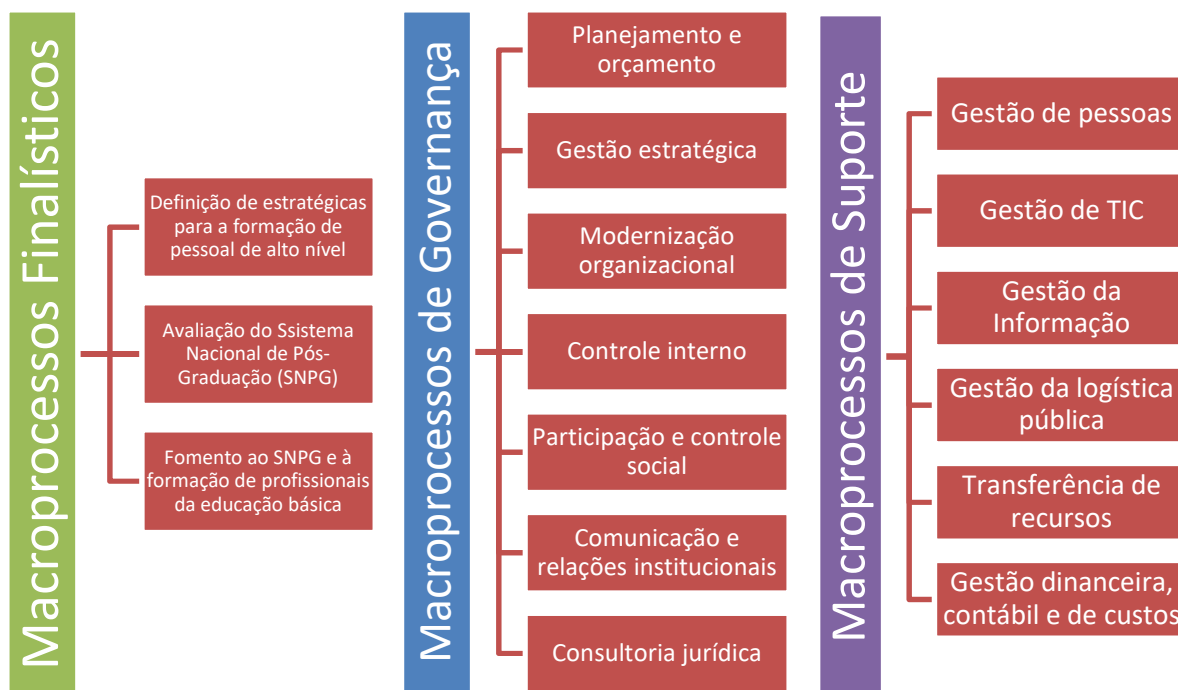
Ainda de acordo com a CGU (2020), as unidades de auditoria interna devem considerar os processos de negócio como o padrão preferencial de conceito para a definição dos objetos

de auditoria no contexto do universo em estudo. Por processo de negócio, entende-se um conjunto de atividades sequenciadas e relacionadas entre si que têm como finalidade transformar insumos em produtos e serviços. Devem ser considerados como padrão preferencial pois “os processos de negócio representam a atuação cotidiana e guardam estreita relação com as competências do órgão, possuindo certa perenidade e estando diretamente relacionados com os riscos e controles”.

Sendo assim, para fins de organização, priorização e seleção dos objetos na elaboração dos planos anuais de auditoria, define-se objeto de auditoria como processo de negócio da Capes que, vinculado à cadeia de valor, contribui para o atingimento de um ou mais objetivos estratégicos da Fundação.

A cadeia de valor conta com 16 macroprocessos distribuídos em três grupos: macroprocessos finalísticos, de governança e de suporte, conforme demonstrado na Figura 10.

Figura 10 - Grupos de macroprocessos da Capes



Fonte: adaptado do Plano Estratégico Institucional – Cadeia de Valor

A partir desses 16 macroprocessos, **os tipos de objetos identificados foram: programas, processos, projetos, projetos estratégicos, sistemas, auxílios, contratos e prêmios, totalizando 165 objetos de auditoria.** Outros tipos de objeto de auditoria, como controles, procedimentos e políticas podem, sem qualquer prejuízo, serem auditados como parte

dos principais objetos identificados. Seguindo a lógica da cadeia de valor, esses objetos foram divididos em três grupos: **98 objetos finalísticos**, **33 objetos de governança** e **34 objetos de suporte**, listados nos tópicos subsequentes.

### 3.2.1. Objetos Finalísticos

A Tabela 1 apresenta os objetos finalísticos, que são aqueles identificados nos macroprocessos finalísticos da cadeia de valor da Capes e envolvem programas, processos, projetos, auxílios e prêmios.

Tabela 1 – Objetos Finalísticos

	OBJETO	TIPO	UNIDADE RESPONSÁVEL
01	ACOMPANHAMENTO DE PPGS	Processo	DAV
02	ACORDOS COM AS FAPS	Programa	DPB
03	APERFEIÇOAMENTO DA PLATAFORMA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Projeto Estratégico	DEB/DED
04	AUXÍLIOS (AUXPE, AAE)	Auxílio	DPB/DRI/ DEB/DED/DAV
05	AVACAPES	Projeto Estratégico	DEB/DED
06	AVALIAÇÃO DE PPGS (ENTRADA E PERMANÊNCIA)	Processo	DAV
07	AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS DE FOMENTO	Processo	DPB/DRI/ DEB/DED
08	BIOLOGIA COMPUTACIONAL	Programa	DPB
09	BIOMAS – CENTRO OESTE	Programa	DPB
10	BPE-DPM	Programa	DPB
11	BRAFAGRI (FRANÇA)	Programa	DRI
12	BRAFITEC (FRANÇA)	Programa	DRI
13	BRAGFOST (ALEMANHA)	Programa	DRI
14	BRICS-N-U (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
15	CAPES/ANA	Programa	DPB
16	CAPES-INPA	Programa	DPB
17	CAPES-JSPS (JAPÃO)	Programa	DRI
18	CAPES-PRINT (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
19	CAPES-STINT (SUÉCIA)	Programa	DRI
20	CAPES-WBI (BÉLGICA)	Programa	DRI
21	CAPES-YALE (EUA)	Programa	DRI
22	COFECUB (FRANÇA)	Programa	DRI
23	COOPBRASS (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
24	CRIAÇÃO DA ACELERADORA CAPES DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Projeto Estratégico	DRI
25	DAAD (ALEMANHA)	Programa	DRI
26	DEMANDA SOCIAL	Programa	DPB
27	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM REPOSITÓRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE PARCERIAS INTERNACIONAIS	Projeto Estratégico	DRI
28	DINTER	Programa	DPB

29	DINTER – CARDIOLOGIA	Programa	DPB
30	DOC-PLENO (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
31	DOCTORADO-CAPES-DAAD (ALEMANHA) + CNPQ	Programa	DRI
32	DUO (DUO (DAAD) LICENÇAS)	Programa	DRI
33	EDITAL Nº 09 – EPIDEMIAS	Projeto	DPB
34	EDITAL Nº 11 – FARMÁCIA E IMUNOLOGIA	Projeto	DPB
35	EDITAL Nº 12 – TELEMEDICINA	Projeto	DPB
36	ENTRE-MARES	Projeto	DPB
37	EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE FOMENTO	Processo	DPB/DRI/ DEB/DED
38	FCT (PORTUGAL)	Programa	DRI
39	GESTÃO DE RELAÇÕES E ACORDOS INTERNACIONAIS	Processo	DRI
40	GESTÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS	Processo	DTI
41	HUMBOLT (ALEMANHA)	Programa	DRI
42	IASA (ÁUSTRIA)	Programa	DRI
43	IMPLANTAÇÃO DO QUALIS	Projeto Estratégico	DAV
44	IMPLEMENTAÇÃO E MELHORIA DO MODELO DE DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS	Projeto Estratégico	DPB
45	INCT (CAPES/CNPQ/FAPS)	Projeto	DPB
46	INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Processo	DEB
47	MATH-AMSUD (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
48	MELHORIA E CRIAÇÃO DE FERRAMENTAS PARA ACESSO E DISSEMINAÇÃO DO CONTEÚDO CIENTÍFICO	Projeto Estratégico	DPB
49	MFA (EUA)	Programa	DRI
50	MODELAGEM DO SISTEMA TERRESTRE	Programa	DPB
51	MUSEOLOGIA	Programa	DPB
52	NUFFIC (HOLANDA)	Programa	DRI
53	PAEP	Programa	DPB
54	PAINEL DE MONITORAMENTO DAS IES, CURSOS E POLOS DO SISTEMA UAB	Projeto Estratégico	DEB/DED
55	PARFOR	Programa	DEB
56	PDES (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
57	PDPG	Programa	DPB
58	PDPG – AMAZÔNIA LEGAL	Programa	DPB
59	PDPI (EUA)	Programa	DEB/DRI
60	PEC-PG (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
61	PELD	Programa	DPB
62	PGCI (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
63	PIBID E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	Programa	DEB
64	PIDRH-CAPES (INSTITUCIONAL)	Programa	DRI
65	PIPC (ALEMANHA)	Programa	DRI
66	PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DA DEB	Projeto Estratégico	DEB/DED
67	PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DA DPB	Projeto Estratégico	DPB
68	PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DA DRI	Projeto Estratégico	DRI
69	PMG (EUA)	Programa	DRI
70	PNPD	Programa	DPB
71	PNPG - AMAZÔNIA	Programa	DPB
72	PORTAL DE PERIÓDICOS	Programa	DPB

73	PRÊMIOS CAPES	Prêmio	DPB
74	PRO-ANTAR	Programa	DPB
75	PROAP	Programa	DPB
76	PROBAL (ALEMANHA)	Programa	DRI
77	PROCAD AMAZÔNIA (NACIONAL E MULTINACIONAL)	Programa	DPB
78	PROCAD SEGURANÇA PÚBLICA	Programa	DPB
79	PROCAD-DEFESA	Programa	DPB
80	PRÓ-DEFESA V	Programa	DPB
81	PRODOUTORAL	Programa	DPB
82	PROEB	Programa	DED
83	PROEX	Programa	DPB
84	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IRLANDA)	Programa	DEB/DRI
85	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CANADÁ)	Programa	DEB/DRI
86	PROGRAMA DE PÓS-DOCTORADO NO EXTERIOR (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
87	PROGRAMA DE VERÃO PARA JOVENS CIENTISTAS CAPES/IIASA (ÁUSTRIA)	Programa	DRI
88	PROSUC	Programa	DPB
89	PROSUP	Programa	DPB
90	PROTAX	Programa	DPB
91	PURDUE + CAPES-PURDUE (EUA)	Programa	DRI
92	PVEX (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
93	PVNS	Programa	DPB
94	RECUPERAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE	Programa	DPB
95	SNF - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Programa	DPB
96	STIC-AMSUD (MULTINACIONAL)	Programa	DRI
97	UAB	Programa	DED
98	UTFOSK/ ANTIGO SIU (NORUEGA)	Programa	DRI

Fonte: elaboração própria a partir do PEI e informações fornecidas pelas diretorias da Capes.

### 3.2.2. Objetos de Governança

A Tabela 2 apresenta os objetos de governança, que são aqueles identificados nos macroprocessos de governança da cadeia de valor da Capes e envolvem processos e projetos.

Tabela 2 – Objetos de Governança

	OBJETO	TIPO	UNIDADE RESPONSÁVEL
01	ACESSO À INFORMAÇÃO: GESTÃO DE DADOS ABERTOS	Processo	GAB e DTI
02	ADEQUAÇÃO À LGPD	Projeto Estratégico	GAB e DTI
03	ANÁLISE JURÍDICA DE NORMAS, ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Processo	PF
04	AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES	Processo	DEX
05	CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	Processo	GAB
06	CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA PÓS-GRADUAÇÃO	Projeto Estratégico	DAV



07	DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PRIORIDADES DE AÇÃO	Processo	DEX
08	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	Processo	CCS/GAB
09	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INTERNA	Processo	CCS/GAB
10	GESTÃO DA INOVAÇÃO INSTITUCIONAL	Processo	PR
11	GESTÃO DA INTEGRIDADE E ÉTICA PÚBLICA	Processo	APE/GAB e Comissão de Ética
12	GESTÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA	Processo	GAB
13	GESTÃO DE AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES	Processo	AUD
14	GESTÃO DE BOLSAS	Processo	CAPES
15	GESTÃO DE ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	Processo	APE/GAB
16	GESTÃO DE POLÍTICAS E NORMATIVOS	Processo	PR
17	GESTÃO DE PORTIFÓLIO DE PROJETOS E PROCESSOS	Processo	APE/GAB
18	GESTÃO DE REDES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	Processo	CCS/GAB
19	GESTÃO DE RELAÇÕES PARLAMENTARES	Processo	GAB
20	GESTÃO DE RISCOS	Processo	APE/GAB
21	GESTÃO DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Processo	GAB
22	GESTÃO DO DESEMPENHO E CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS	Processo	PR
23	GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL	Processo	DGES
24	GESTÃO DO PORTIFÓLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	Processo	APE/GAB
25	GESTÃO ESTRATÉGICA DO FOMENTO	Processo	DPB/DRI/ DEB/DED
26	GOVERNANÇA DE TIC	Processo	DTI
27	IMPLEMENTAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Projeto Estratégico	APE/GAB
28	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA	Processo	APE/GAB
29	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	Processo	DEX
30	PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA	Projeto Estratégico	CCS/GAB
31	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Processo	APE/GAB
32	PRESTAÇÃO DE CONTAS INSTITUCIONAL	Processo	APE/GAB
33	SOLUÇÃO DE LITÍGIOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS	Processo	PF

Fonte: elaboração própria a partir do PEI e informações fornecidas pelas diretorias da Capes.

### 3.2.3. Objetos de Suporte

A Tabela 3 apresenta objetos de suporte são aqueles identificados nos macroprocessos de suporte da cadeia de valor da Capes e envolvem processos, contratos, projetos e sistemas.

Tabela 3 – Objetos de Suporte

	OBJETO	TIPO	UNIDADE RESPONSÁVEL
01	AJUSTE NOS NORMATIVOS INTERNOS DE CAPACITAÇÃO	Projeto Estratégico	DGES
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	Contrato	DGES
03	AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DE TIC	Contrato	DTI
04	COORDENAÇÃO DE EVENTOS	Processo	GAB
05	DESENVOLVER PESSOAS	Processo	DGES

06	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO DE PROCESSOS	Processo	DTI
07	GERENCIAR E OPERACIONALIZAR OS ATOS DE PESSOAL	Processo	DGES
08	GERENCIAR O DESEMPENHO DE PESSOAS	Processo	DGES
09	GERENCIAR RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS	Processo	DGES
10	GERIR PROVIMENTO, MOBILIDADE E DESLIGAMENTO DE PESSOAS	Processo	DGES
11	GESTÃO CONTÁBIL	Processo	DGES
12	GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	Processo	DTI
13	GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS	Processo	DGES
14	GESTÃO DE BENS E PATRIMÔNIO	Processo	DGES
15	GESTÃO DE CUSTOS	Processo	DGES
16	GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS E REDES DE TIC	Processo	DTI
17	GESTÃO DE MATERIAIS	Processo	DGES
18	GESTÃO DE SERVIÇOS INTERNOS	Processo	DGES
19	GESTÃO DO CONHECIMENTO	Processo	DGES
20	GESTÃO DO ORÇAMENTO	Processo	DGES
21	GESTÃO DOCUMENTAL	Processo	DGES
22	GESTÃO FINANCEIRA	Processo	DGES
23	IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA DO TELETRABALHO	Projeto Estratégico	DGES
24	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PDTIC	Projeto Estratégico	DTI
25	IMPLEMENTAÇÃO DE INTERFACE ÚNICA PARA OS SISTEMAS DE FOMENTO	Projeto Estratégico	DTI
26	MODELAGEM DE ESTRUTURAS, HIERARQUIAS, CARGOS E FUNÇÕES	Processo	PR
27	PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES	Processo	DGES
28	PLANEJAR A NECESSIDADE DE PESSOAL	Processo	DGES
29	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Processo	DGES
30	PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA E A SAÚDE NO TRABALHO	Processo	DGES
31	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS	Processo	DGES
32	REFORMULAÇÃO DA METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS	Projeto Estratégico	DGES
33	SISTEMAS INFORMÁTICOS	Sistema	DTI
34	SUORTE E ATENDIMENTO AO USUÁRIO	Processo	DTI

Fonte: elaboração própria a partir do PEI e informações fornecidas pelas diretorias da Capes.

#### 4. Conclusão

O mapeamento do universo de auditoria é uma etapa prévia e necessária para a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – Paint. A partir desse mapeamento, a unidade de Auditoria Interna pode definir sua estratégia de atuação, a extensão da cobertura de seus exames e a priorização dos objetos a serem auditados, com base em riscos.

O universo de auditoria é composto por um conjunto de objetos passíveis de realização de ações de auditoria, seja de avaliação ou de consultoria. Para mapear o universo de auditoria da Capes, foi levado em consideração o contexto em que a Capes está inserida, com sua estrutura organizacional, seu Plano Estratégico e sua Cadeia de Valor. Considerados esse contexto e a especificidade do negócio da Capes, **foram identificados um total de 165 objetos de**

**auditoria, distribuídos nos 16 macroprocessos constantes na cadeia de valor da Capes e assim divididos em três grupos: 98 objetos finalísticos, 33 objetos de governança e 34 objetos de suporte.**

Este mapeamento será revisado sempre que necessário, à medida em que se aprimore o conhecimento a respeito das peculiaridades inerentes à Capes ou se altere seu estatuto, estrutura ou estratégias, levando à natural inserção e exclusão de objetos.

Consoante a este mapeamento e com base nos riscos aos quais a Capes está exposta, a AUD passa à etapa seguinte, que trata da elaboração ou revisão da metodologia de priorização dos objetos de auditoria para ser utilizada anualmente na elaboração de seu Paint. O documento de registro da metodologia também estará disponível na página <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias>.

## REFERÊNCIAS

IIA BRASIL. **Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna – definição de auditoria interna**. São Paulo: IIA Brasil, 2015. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>. Acesso em 5 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal**. Brasília: CGU, 2017. Disponível em: [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/33409/19/Instrucao\\_Normativa\\_CGU\\_3\\_2017.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/33409/19/Instrucao_Normativa_CGU_3_2017.pdf). Acesso em: 3 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal**. Brasília, CGU, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual-de-orientacoes-tecnicas-1.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos**. Brasília: CGU 2020. Disponível em: [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44970/5/Orientacao\\_Pratica\\_PABR\\_v1.1.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44970/5/Orientacao_Pratica_PABR_v1.1.pdf). Acesso em: 3 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021**. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer de prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Brasília: CGU, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-5-de-27-de-agosto-de-2021-342352374>. Acesso em: 5 out. 2022.

## Apêndice 1 - Avaliação da maturidade da gestão de riscos da Capes

Item de Verificação	Avaliação		Evidências/Observações
	Nota	Nível	
A Fundação estabeleceu direcionamento estratégico (objetivos-chave, missão, visão e valores fundamentais) alinhado às suas finalidades e competências legais?	4	Avançado	A CAPES possui seu Plano Estratégico Institucional (PEI) 2020 - 2023, onde constam a cadeia de valor; o mapa estratégico com a missão, a visão de futuro, os valores e o conjunto de objetivos estratégicos; o painel de indicadores; as metas estabelecidas para monitoramento e avaliação; além do portfólio dos projetos estratégicos. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/planejamento-estrategico">https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/planejamento-estrategico</a>
A Fundação possui objetivos estratégicos e de negócio claramente definidos e comunicados por toda a organização?	3	Aprimorado	Os objetivos estratégicos e de negócio estão definidos no Mapa Estratégico constante do PEI. Os objetivos foram comunicados aos agentes públicos da Capes via e-mail, intranet e redes sociais quando instituídos, mas podem ser melhor divulgados e explicados ao público interno.
A Fundação estabeleceu e comunicou adequadamente medidas (metas, indicadores) para monitorar seu desempenho?	3	Aprimorado	Os indicadores e metas de desempenho estão estabelecidos no Painel de indicadores constantes do PEI. O PEI foi divulgado aos agentes públicos da Capes via e-mail, intranet e redes sociais quando instituídos, mas as medidas de monitoramento de desempenho podem ser melhor divulgados e explicados ao público interno, especialmente sobre como é feito, a periodicidade e quem é responsável por fazê-lo.
A Fundação estabeleceu o risco aceitável (apetite a risco) para o alcance de seus objetivos?	0	Inexistente	A política de gestão de riscos vigente (Portaria GAB nº 37, de 20 de fevereiro de 2018) não foi implementada e está em processo de revisão. Não há registros de estabelecimento de apetite a risco nos documentos oficiais da Capes.
A Fundação instituiu Comitê de Governança, Riscos e Controles com competências alinhadas às previstas no §2º do art. 23 da IN MP/CGU nº 01/2016??	4	Avançado	A Portaria nº 126, de 30 de junho de 2022 instituiu o comitê interno de governança e o comitê gerencial de governança. A portaria nº 169, de 18 de agosto de 2022, designou os membros do comitê gerencial de governança. As competências dos comitês estão de acordo com as competências previstas no §2º do art. 23 da IN MP/CGU nº 01/2016 e com o Decreto 9.203/2017.
O Comitê tem atuado de forma efetiva na coordenação e supervisão do processo de gestão de riscos da Fundação?	0	Inexistente	Ainda não há registros de atuação dos comitês.

Item de Verificação	Avaliação		Evidências/Observações
	Nota	Nível	
A Alta Administração (e as instâncias de governança) demonstram comprometimento e exercem liderança em relação ao processo de gestão de riscos da Fundação?	2	Básico	A Alta Administração demonstra ter ciência da necessidade de desenvolver a gestão de riscos na Capes. O comprometimento e a liderança em relação ao processo foram prejudicados em razão da demora nos trâmites do processo de reestruturação do órgão, que se iniciou em fevereiro de 2019 (processo SEI nº 23038.003655/2019-26) e somente se concretizou em outubro de 2022 com a publicação do novo estatuto (Decreto 11.238/2022). Ainda assim, ficou demonstrado o comprometimento da alta administração quando da publicação da Portaria nº 126, de 30 de junho de 2022, a qual instituiu a estrutura de governança da Capes - primeiro passo institucional em direção ao desenvolvimento do processo de gestão de riscos, bem como a criação da Coordenação-Geral de Governança e Planejamento, que será responsável pela coordenação das atividades relacionadas à gestão de riscos.
Foi instituída Política de Gestão de Riscos contemplando os requisitos mínimos estabelecidas pela IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016?	1	Inicial	A política de gestão de riscos vigente, instituída pela Portaria GAB nº 37/2018, não foi implementada e está em processo de revisão por não atender aos requisitos da IN conjunta MP/CGU nº 01/2016 e do Decreto 9.203/2017.
Foram definidas a metodologia e os critérios para avaliação e documentação dos trabalhos de gerenciamento de riscos?	1	Inicial	A proposta de metodologia está sendo elaborada no âmbito de ação de consultoria prestada pela Auditoria Interna para ser aplicada após a publicação da política de gestão de riscos revisada.
Foi estabelecida estrutura adequada (responsabilidades, pessoas, recursos, ferramentas, informações) para coordenar, implementar e supervisionar o processo de gestão de riscos da Fundação?	1	Inicial	O decreto nº 11.238, de 18 de outubro de 2022, criou na estrutura organizacional da Capes a Coordenação-Geral de Governança e Planejamento, que será responsável, junto aos comitês interno e gerencial de governança, pelo processo de gestão de riscos. Ainda não se sabe, no entanto, se a estrutura será adequada, pois ainda está em fase de definição e, portanto, não operante de forma integral.
O processo de gestão de riscos contempla prévia etapa de estabelecimento dos contextos interno e externo onde a Fundação opera de forma a atingir seus objetivos?	1	Inicial	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado, mas a Capes tem estabelecido em seu planejamento estratégico o contexto externo e interno no qual atua.
A etapa de identificação dos riscos fornece informações sobre os riscos relevantes do objeto, incluindo suas causas, eventos e consequências que possam impactar o atingimento dos objetivos?	1	Inicial	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado institucionalmente. Apenas em algumas iniciativas pontuais os riscos são identificados e tratados, seja por incentivo da auditoria interna ou por obrigação legal, como nos casos das licitações e contratos.
Os riscos identificados são adequadamente analisados em termos de probabilidade de ocorrência e de impacto nos objetivos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos?	1	Inicial	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado institucionalmente. Apenas em algumas iniciativas pontuais os riscos são identificados e tratados, seja por incentivo da auditoria interna ou por obrigação legal, como nos casos das licitações e contratos.

Item de Verificação	Avaliação		Evidências/Observações
	Nota	Nível	
A avaliação e a seleção das respostas aos riscos considera adequadamente o apetite a risco estabelecido e o custo-benefício das atividades de controle e outras medidas para mitigar os riscos?	0	Inexistente	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado institucionalmente. Apenas em algumas iniciativas pontuais os riscos são identificados e tratados, seja por incentivo da auditoria interna ou por obrigação legal, como nos casos das licitações e contratos. No entanto, como não há definição do apetite ao risco e outros fatores, estes não são considerados na avaliação e seleção das respostas aos riscos.
As respostas aos riscos identificados são efetivamente implementadas?	0	Inexistente	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado institucionalmente. Apenas algumas iniciativas pontuais os riscos são identificados e tratados, seja por incentivo da auditoria interna ou por obrigação legal, como nos casos das licitações e contratos. Nos serviços de avaliação prestados pela auditoria interna, no entanto, não foram encontradas evidências da efetiva implementação das respostas aos riscos registradas nos processos.
Existe adequado acompanhamento e monitoramento dos riscos e controles-chave pelas áreas responsáveis?	0	Inexistente	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado institucionalmente. Apenas em algumas iniciativas pontuais os riscos são identificados e tratados, seja por incentivo da auditoria interna ou por obrigação legal, como nos casos das licitações e contratos. Nos serviços de avaliação prestados pela auditoria interna, no entanto, não foram encontradas evidências de que haja acompanhamento e monitoramento dos riscos.
O processo de gestão de riscos é adequadamente documentado?	0	Inexistente	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado institucionalmente. Apenas em algumas iniciativas pontuais os riscos são identificados e tratados, seja por incentivo da auditoria interna ou por obrigação legal, como nos casos das licitações e contratos. Portanto, ainda não existe um procedimento para a adequada documentação do processo.
O processo de gestão de riscos está adequadamente implementado em todos os processos operacionais relevantes da Fundação?	1	Inicial	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado institucionalmente. Apenas em algumas iniciativas pontuais os riscos são identificados e tratados, seja por incentivo da auditoria interna ou por obrigação legal, como nos casos das licitações e contratos.
O resultado da gestão de riscos é oportunamente comunicado à Alta Administração, instâncias de governança e demais partes interessadas?	0	Inexistente	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado.
A gestão de riscos tem sido efetivamente utilizada pela Fundação para apoiar o processo de tomada de decisão e a melhoria do atingimento dos objetivos organizacionais?	0	Inexistente	O processo de gestão de riscos ainda não foi implementado.
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>1,15</b>	<b>Básico</b>	

Fonte: modelo elaborado pela CGU no anexo III da orientação prática - plano de auditoria interna baseado em riscos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/44987>